

## REVISITANDO O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

Aluizio Alves Filho\*

“Pro captu lectoris habent sua fata libelli”  
(Ernest Cassirer, 1961: p. 151).<sup>1</sup>

### 1. Introdução

Bem conhecido tem sido um dos destinos das obras clássicas: o de enfeitar prateleiras de bibliotecas cujo propósito é a decoração do ambiente, na medida em que exibí-las funciona como indicador de prestígio social. Lê-las, estudá-las, proceder a sua exegese, relacioná-las a um determinado contexto da história e examinar criticamente as contribuições momentâneas ou duradouras que contém é tarefa a qual cada vez menor número de pessoas tem se dedicado. É assim que comentários com base em estereótipos, em chavões, no “achismo” ou no “ouvi dizer” costumam tomar o lugar da investigação séria e ocupar largo espaço no imaginário social, deturpando e tornando inteligíveis relevantes contribuições. Há também o caso citações que feitas a esmo, descontextualizadas, torcem totalmente o sentido original de uma formulação teórica notável, levando a que obras de pesquisadores do porte de Darwin, Marx e Freud, entre outros, sejam primeiro transformadas em caricaturas e depois temas de animados debates pseudo-intelectuais.

A respeito do exposto lembra Claude Lévi-Strauss, expoente da antropologia em meados do século XX, as liberdades que tomaram alguns de seus críticos:

*“Entre os críticos contemporâneos, o Sr. Rodinson não é certamente o único a achar normal refutar um autor a partir de alguns fragmentos. Outras liberdades são mais raras; notadamente a que consiste em utilizar falsas citações. É no entanto, o que faz o Sr. Rodinson em seu último artigo pondo em itálico e entre aspas três linhas que ele me atribui e cuja referência dá em nota (Race et Histoire: pg. 40). Remeta-se ao*

---

<sup>1</sup> Cassirer cita a máxima romana: “A sorte de um livro depende da capacidade de seus leitores”.

*texto: elas não estão aí e não me lembro de tê-las jamais escrito*  
(Levi-Strauss, 1970: p. 357).

Pior ainda o destino de uma pequena/grande obra escrita em Florença: "De Principatibus" (1513)<sup>2</sup>, de autoria de Niccolò di Bernardo del Machiavelli (1469/1527). Pequena obra quanto à extensão e grande quando ao conteúdo. O manuscrito passou inteiramente despercebido durante a vida do seu autor. Publicado por seus filhos em forma de livro anos após a sua morte, a rejeição a *O Príncipe* logo nasceu e cresceu. Rejeição que marcou a trajetória do livro durante séculos e que tendo o maquiavelismo como centro produziu muita condenação e pouca luz. De modo geral, lido de má-fé, sem método ou simplesmente citado sem ao menos ter sido consultado, *O Príncipe* transformou-se num símbolo da trapaça, o número um da galeria dos livros malditos.

## 2. A Trajetória d' *O Príncipe*

A trajetória inglória de *O Príncipe* remonta a 1559 quando foi colocado no Índice pelo Papa Paulo IV. Em 1564 o huguenote Inocêncio Gentillet publicou "Contre Nicholas Machiavel" acusando-o de inspirador do massacre da noite de São Bartolomeu. Logo em seguida o Padre Luchesini escrevia um ensaio intitulado "Saggio sulle sciocchezze di Machiavelli". (Ensaio sobre as sandices de Maquiavel). Eduard Meyer, examinando a literatura Elisabetana do século XVII, contou nada menos que trezentos e noventa e cinco referências feitas a Maquiavel sempre com sentido pejorativo: crime, covardia, brutalidade, etc. "Ele era o causador de todos os males, o autor de todas as desgraças. Na Inglaterra chegaram a afirmar que o nome dado ao diabo procedia do seu. "*Nick Machiavel hed neer a trick. Tho gove his name to our old Nick*". (citado por Ferrara, 1952:254).

No século XVIII, Frederico II publicou "O antimaquiavel". Para termos uma idéia do conteúdo estereotipado deste livro basta citar as primeiras palavras da introdução:

*"Constitui O Príncipe de Maquiavel, em matéria de moral, aquilo que constitui a obra de Espinosa em matéria de fé: Espinosa solapou os fundamentos da fé, não se propondo nada menos do*

---

<sup>2</sup> Originalmente Principatibus (Principados) era o título do manuscrito. Tornou-se mais conhecido como II Príncipe (O Príncipe). Existem diversas edições da obra publicadas no Brasil.

*que destruir toda a religião; Maquiavel corrompeu a política, e teve em mira destruir os preceitos da sã moral". (Frederico II, 1967: pág. 144).*

Prefaciando o livro, Voltaire, protegido do então príncipe herdeiro da Prússia, maquiavelicamente criticava o "venenoso Maquiavel".

Apesar das limitações impostas pelo contexto teórico de suas épocas alguns espíritos argutos, entre os quais Bacon, Espinosa, Hélder, Rousseau, Hegel e Marx, tentaram compreender escritos de Maquiavel, entre os quais *O Príncipe*, fora dos quadros da ótica dominante; nesta Maquiavel era sempre o símbolo do mau. Com o passar do tempo o termo maquiavelismo, sempre com significado pejorativo, generalizou-se como palavra de uso universal, corrente nos mais falados idiomas do mundo. Henry Thomaz e H. G. Wells – historiadores que estiveram em voga na primeira metade do século XX – escreveram por volta da década de trinta críticas ao "discípulo do diabo", na mesma conjuntura em que o fascismo elevava-o a condição de herói nacional, considerando-o como um grande patriota precursor da unificação italiana. Utilizando também o texto de forma unilateral e dando-lhe tratamento meramente ideológico, o fascismo, em nada contribuiu para o posicionamento da obra no campo político, ao contrário, serviu apenas para aumentar-lhe a estereotipia.

Leituras meramente pragmáticas consideradas apócrifas por muitos especialistas foram as de Napoleão Bonaparte e a de Cristina da Suécia.

### 3. Maquiavel e a Ciência Política

Coloquemos a questão em outras bases: existem contribuições teóricas e metodológicas de Maquiavel aos estudos dos fenômenos sociais? Respondemos que sim. Foram estudos sistemáticos sobre a obra de Maquiavel realizados nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a respeito d' *O Príncipe*, que começaram a posicioná-lo com novos olhos na medida que davam destaque, enfatizando, o núcleo central de suas inovadoras contribuições para o entendimento do fenômeno político. No caso vale mencionar, pela argúcia e originalidade que focalizaram *O Príncipe*, entre outras contribuições a respeito, as que trouxeram escritos de Antonio Gramsci, Pasquale Villari, e Orestes Ferrara (Maquiavelo). Entre as mais antigas contribuições de autores brasileiros, destaca-se o ensaio do diplomata Lauro Escorel (*Introdução ao*

*pensamento político de Maquiavel, 1958*), onde o autor florentino é (re)pensado com grande propriedade. Vulgarmente mantém-se o mito: Maquiavel é o diabo e o *Príncipe* a sua receita.

Nos limites do presente artigo nos limitamos a fazer alguns comentários sobre *O Príncipe*, observando que numa abordagem de maior fôlego seria fundamental relacioná-lo a outras obras de Maquiavel.

Partindo da premissa de que a produção de conhecimentos sobre uma determinada época tem por pressuposto o entendimento de seu contexto, ou seja: de seus problemas políticos, econômicos e ideológicos, temos que, em linhas gerais, havia na segunda metade do século XV, na península itálica, a configuração histórica que abaixo, em largos traços, passamos a descrever.

A luta pela conquista da hegemonia na península envolvia cinco domínios: o Reino de Nápoles, a República de Florença, o Ducado de Milão, a República de Veneza e o Papado. Esta luta conheceu uma fase de relativa tranqüilidade a partir a assinatura do Tratado de Lodi (1454), através do qual foi acordado e estabelecido um sistema de coligação política na região. Entretanto, se durante os aproximadamente 40 anos que durou a coligação, houve dominância da harmonia nas relações externas entre os diversos Estados da península itálica, na vida interna de cada Estado, as disputas políticas continuaram sendo marcado pela violência, sendo a prática do golpe de estado uma constante. Em 1478, foi rompido o frágil sistema de aliança na região, quando eclodiu a frustrada Conspiração dos Pazzi. Tratava-se de poderosa família florentina adversária dos Médici que recebendo apoio de outros Estados tentam tomar o poder, pelo assassinato de Lourenço de Médici, senhor de Florença. Na conjuntura existente a falta de uma liderança política na península excluía a possibilidade da unificação nacional, sendo que nem a próspera República de Veneza nem o Papado dispunham de condições para conseguí-la. A situação política existente deixava a península itálica praticamente indefesa contra os ataques de países fortalecidos pela centralização monárquica.

Em 1549, quando ocupava o poder m Florença o filho de Lourenço de Médici, os franceses, comandados por Carlos VIII, avançavam sobre a península itálica, conquistando várias regiões. Em Florença, provocam a queda dos Médici e possibilitam a ascensão de um monge místico nascido em Ferrara: Jerônimo Savonarola. Este,

considerando-se portador de uma missão divina – a de redimir Florença – encontrava a região em condições propícias para o florescimento de um surto messiânico: a falta de liderança associada a insatisfação política da população, amedrontada e insegura com a invasão estrangeira. Savonarola associa-se aos franceses, culpa o pecado pelos problemas vivenciados na região, declara ser necessários moralizar os costumes e instaura uma república teocrática, proclamando Cristo governador de Florença.

*"Vários grupos faziam oposição ao monge, um deles era o grupo da antiasteridade, e incluía muitos sacerdotes. Outro era constituído de partidários dos Médici. Um terceiro, e mais perigoso por não se distinguir claramente dos demais, era composto de homens de famílias importantes que protestavam contra a ineficiência da administração e os efeitos do isolamento político de Florença – que continuava fiel à impopular aliança com a França – sobre as ligações comerciais e bancárias peninsulares"* (Hole, 1963:34).

Os ataques de Savonarola ao Papa Alexandre VI seria o estopim de sua queda. Em março de 1498 foi excomungado e seus seguidores sumariamente demitidos dos cargos que ocupavam no governo de Florença. Pouco depois o monge foi condenado à morte.

O novo governo de Florença, chefiado por Pedro Sederini, nomeou Maquiavel para o cargo de secretário do segundo Cartório dos Signori e pouco depois para o cargo de segundo secretário do Dieci, conselho incumbido da defesa e das questões diplomáticas. Assim Maquiavel ingressou no serviço público tendo nele permanecido durante treze anos, período no qual viajou diversas vezes para o exterior em legações diplomáticas, sempre como funcionário subalterno. Ficava assim numa posição de espectador privilegiado da vida política de sua época.

Em 1502, os Médici conseguem voltar ao poder, derrubando a República em Florença. Novas perseguições e modificações na burocracia pública. Maquiavel perde seu cargo e praticamente vive os últimos anos de sua vida em São Cascasino, onde encontra tempo para escrever uma densa obra. Em *O Príncipe*, estudando os acontecimentos do passado e com base nas observações da ação política de sua época, formula uma teoria radicalmente nova onde a política é pensada de forma original.

Foi na ocasião que redigia *O Príncipe* que escreveu a um amigo:

*"À tardinha volto pra casa e vou pra minha biblioteca; deixo à porta as roupas poeirentas que usei durante o dia, visto-me decentemente antes de penetrar no recinto dos homens do passado. Eles me acolhem com bondade, e com eles eu me nutro do alimento que me é próprio e para o qual eu fui feito. Tenho a ousadia de dirigir-me a eles e perguntar-lhes as razões por que agiram desta ou daquela forma. Eles são boas almas, e em regra, respondem. Assim, por muitas horas estou livre de aborrecimentos, esqueço todas as minhas dificuldades, domino o medo da pobreza e o horror da morte. Deixo-me absorver inteiramente por eles"* (citado por Sforza, 1951: 192/193).

Sobre a situação de Maquiavel após ter perdido o cargo de segundo secretário do Dieci, comentou Charles Benoist que, para o florentino: "Tudo estava perdido, mas nós ganhamos Maquiavel." (Citado por Chevalier, 1966: 25).

A vivência cotidiana durante anos de importantes acontecimentos políticos possibilitou ao ex-secretário de Florença refletir sobre a fragilidade da península Itálica diante de países com governo centralizado. Maquiavel assimilara o que postula ser a essência da política: a combinação entre o uso da força e da astúcia como chaves da conquista e da manutenção do poder. Ao escrever *O Príncipe* seu objetivo primordial era a unificação da península itálica – o último capítulo tem por título: "Exortação a libertar a Itália dos bárbaros" – para tanto era fundamental o conhecimento da política em bases realistas. Entre outros atores políticos cujas tomadas de posições no jogo do poder presenciara, impressionou-o César Bórgia – que portava o título de duque valentino.

*"Maquiavel, que teria as primeiras idéias do Estado Moderno, comprovou na prática, durante os meses que passou ao lado do duque valentino, a organização política que se estava desenhando de modo vago em sua mente. Viu um Príncipe saber formar homens e saber derrubá-los; ser justo com os governados e*

*implacável com os que ameaçavam a soberania do Estado. Viu alguém que ajudado pela fortuna, possivelmente redimiria a Itália que esperava há muito tempo por seu redentor” (Ferrara, 1952: 48).*

Junto ao duque valentino surge e se forma com clareza em sua mente o pensamento que logo devia ocupar, de forma central, o resto de sua vida: a possibilidade da construção de uma ciência do estado, separada e independente de toda consideração moral. Em tal consideração, começou a ver o único meio para concebê-la claramente e fundá-la sobre uma nova base”.<sup>3</sup>

Sucintamente podemos dizer que assim como as premissas de Galileu Galilei tornaram-se a base da Ciência Natural, as premissas de Maquiavel tornaram-se a base de uma nova modalidade de pensar os acontecimentos políticos. Rompendo com a tradição medieval que partia da verdade revelada para deduzir o real, Maquiavel propõe um método que cortava com as explicações transcendentais e éticas dos fenômenos políticos.

Estabeleçamos uma esquemática comparação entre a visão medieval e a de Maquiavel temos:

#### POSIÇÃO TRADICIONAL:

Real= transcendental  
Raciocínio= dedutivo  
Método= a priori (revelação)  
Explicação= ética  
Objetivo= justificação

#### PROPOSTA DE MAQUIAVEL

Real= experimental  
Raciocínio= indutivo

---

<sup>3</sup> Sobre este assunto ver VILLARI, Pasquale Villari: *Niccolo Machiavelli*, 1920, vol. I, especialmente pág. 147 e seguintes.

Método= a posteriori (observação)

Explicação= amoral

Objetivo= compreensão

O contexto histórico permite-o colocar a questão. A organização feudal estava em decomposição, como indicam a ascensão burguesa em curso, o desenvolvimento do comércio e em vários países da Europa e a centralização monárquica. As modificações ocorridas na estrutura social possibilitam a Maquiavel pensar o real de maneira radicalmente nova. Na prática política Savonarola representava a velha posição e César Bórgia à nova.

Sobre o novo método que estava usando, Maquiavel escreveu no capítulo XV d' *O Príncipe*:

*"Como é meu intento escrever coisa útil pra quem a entenda, julguei mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas, do que suas aparências. Muitos imaginaram Repúblicas e Principados que jamais foram vistos ou considerados como verdadeiros. Entre como se vive e como se devia viver há tamanha diferença, que aquele que abandona aquilo que se faz por aquilo que deveria fazer, conhece antes a ruína do que a própria preservação".*

Sobre esta passagem d' *O Príncipe*, Escorel observa que ela:

*"encerra os elementos básicos definidores do método maquiavélico: utilitarismo - 'escrever coisa útil pra quem entenda' -; empirismo - 'procurar a verdade efetiva das coisas' -; antiutopismo - 'muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos ou considerados como verdadeiros' -; realismo - 'aquele que abandona aquilo que faz por aquilo que se deveria fazer, conhece a ruína antes do que a própria Preservação" (Escorel, 1958: 4/5).*

Antes de prosseguirmos no exame d' *O Príncipe*, faz-se necessário uma observação de natureza metodológica. Observação que diz respeito distinguir o uso de

palavras no discurso teórico filosófico ou com preocupações científicas do uso das palavras no linguajar cotidiano.

*"O discurso científico e o discurso filosófico tem exigências próprias: utilizam palavras da linguagem cotidiana, mas que funcionam sempre de maneira diferente que na linguagem cotidiana. Na linguagem teórica, as palavras e expressões funcionam como conceitos teóricos"* (Althusser, s/d: 49 e 50).

Portanto, considerando conforme a citação acima, na "linguagem teórica" as palavras tem significados conceituais, diferentes dos significados usuais. Conceitos são ferramentas do pensamento elaborados à luz de uma metodologia e que tem significado em relação à própria metodologia. Numa leitura vulgar esta diferença, entre o significado conceitual e o usual, não é percebida, estabelecendo-se a confusão. Maquiavel utiliza uma série de conceitos teóricos que possuem esta dificuldade de compreensão imediata. Conceitos como: Stato, Pátria, Liberta, Virtù, Fortuna etc <sup>4</sup>. Nos limites deste artigo, polarizaremos a respeito dos dois últimos por serem os mais centrais d' *O Príncipe*. Virtù, não deve ser entendido com o sentido de virtude – como aparece em algumas traduções – e muito menos fortuna como riqueza, expressões que reproduzem o sentido usual. Ora, Maquiavel utiliza-as como conceitos teóricos. Para bem entendermos o sentido conceitual de "virtù" e "fortuna" analisemos como estão empregados no seguinte texto de Maquiavel:

*"Era, portanto, indispensável a Moisés encontrar no Egito o povo de Israel escravo e oprimido pelos egípcios, a fim de que estes, para saírem da escravidão, se resolvesse a segui-lo. Cumpria que Rômulo não ficasse em Alba, e fosse exposto ao nascer, para poder tornar-se Rei de Roma e fundador desta pátria. Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o Império dos Medas, e os medas fracos e efeminados pela longa paz. Teseu não poderia demonstrar a sua virtù, se não fosse achar os atenienses dispersos. Tais oportunidades constituíram a fortuna desses grandes homens, e sua virtù fez com que as oportunidades fossem aproveitadas"* (*O Príncipe*, cap. V).

---

<sup>4</sup> A respeito ver: Carmelo Caristia. *II Pensiero Político di Niccolò Machiavelli*, 1951, pág. 109/122.

A fortuna é o imprevisível, o acaso, a sorte. A virtù é o saber como atuar de acordo com a necessidade do momento, é a “vontade-força”, qualidade fundamental do Príncipe. Quando virtù e fortuna caminham juntos, o resultado é a vitória – como podemos observar nos exemplos históricos do texto anterior – em caso contrário, a derrota. “Por isso, é mister que O Príncipe tenha um espírito preparado para se adaptar às variações das circunstâncias e da fortuna e, a manter-se tanto quanto possível no caminho do bem, mas pronto igualmente a enveredar pelo mal, quando for necessário” (idem, cap XVIII)

Após analisar os motivos que levaram os príncipes italianos a perderem seus territórios, Maquiavel conclui:

*“Portanto, esses príncipes que, depois de terem permanecido longo tempo nos respectivos Estados, vieram a perdê-los, não acusem disto a fortuna mas sim a sua própria inaptidão. Como nas épocas de paz não tinham pensado na eventual mudança de situação (e é erro próprio dos homens, não se preocuparem com a tempestade nas épocas de bonança), ao verem chegar a adversidade, tratam de fugir em vez de se defenderem, esperando que o povo, cansado da insolência dos vencedores, lhe pediria que voltassem (...). Somente dão resultados bons, seguros, duradouros, as defesas que dependem de nós e do nosso valor (virtù). (O Príncipe, cap XXIV).*

Com base na observação de procedimentos da ação dos grandes homens (os líderes, no dizer de Maquiavel) e no conhecimento adquirido pela leitura de tal ação em diferentes momentos da história, o segundo secretário do Dieci fundamenta sua teoria do poder. Esta tem dois princípios básicos: a legitimidade e a organização. Legitimidade implica em saber o Príncipe ser aceito como poder pelos dominados. Organização implica em ter boas leis e boas armas. Boas leis, na ótica de Maquiavel, são os que asseguram o poder centralizado e boas armas são aquelas inteiramente fieis e obedientes ao Príncipe. É uma fórmula *quase* matemática que possibilita a quem souber utilizá-las o exercício do poder. *Quase* matemáticas, pois o gênio de Maquiavel

o permite compreender que o conhecimento dos fenômenos sociais não obedecia a leis exatas. Daí sua recorrência a Deusa Fortuna, entidade mitológica, capaz de fazer a felicidade ou infelicidade dos homens.

Sobre a "fortuna" escreve Maquiavel:

*"Não ignoro ser crença antiga e atual que a fortuna e Deus governam as coisas deste mundo, e de que nada pode contra isso a sabedoria dos homens (...) Todavia para que não se anule o nosso livre arbítrio, eu, admitindo embora que a fortuna seja dona de metade das nossas ações, creio que, ela nos deixa senhores de outra metade ou pouco menos. Comparo a fortuna a um daqueles rios, que quando se enfurecem, inundam as planícies, derrubam casas e árvores, arrastam terra de um ponto para pô-la em outro: diante deles não há quem não fuja, quem não ceda ao seu ímpeto, sem meio algum para se obstar. Mas, apesar de ser isso imprevisível, nada impediria que os homens, nas épocas tranqüilas, construíssem diques e canais, de modo que as águas ao transbordarem do seu leito, corresse por estes canais, ou ao menos, viessem com fúria atenuada, produzindo menores estragos. Fato análogo sucede com a fortuna, a qual demonstra todo o seu poderio quando não encontra ânimo (virtù) preparado para resistir-lhe e, portanto, volve os seus ímpetos para os pontos onde não foram feitos diques para contê-la". (O Príncipe, cap. XXV)*

Portanto, não basta à legitimidade e a organização, só o Príncipe que saiba atuar de acordo com a necessidade do momento (tiver virtù) será capaz de neutralizar o imprevisível (a fortuna). Virtù e fortuna constituem as categorias ontológicas que fundamentam a teoria política proposta em *O Príncipe*.

Maquiavel pensa o poder como algo de imanente e não como transcendente, em decorrência pensa as relações entre os homens como um jogo de forças regidas por explicações intrínsecas e naturais. Isto o permite compreender o "fazer política" – cujo objetivo é conquistar e manter do poder – como algo que tem regras e leis próprias, não redutíveis às regras da moral tradicional. Por exemplo, ao contrário da

moral tradicional que tem como suposto que os homens devem dizer a verdade em qualquer circunstância, Maquiavel observa que o Príncipe não deve manter a fé na palavra dada (idem, cap. XVIII) se numa circunstância dada mantê-la servir para enfraquecer o seu poder. Este é apenas um entre os muitos exemplos possíveis de serem dados para ilustrar que Maquiavel foi o primeiro pensador que separou a moral e a política, o que implicou em construir esta como possuidora de objeto de estudo próprio. Quanto a relação dominante-dominado considera-a que as leis que a envolvem alicerça-se numa invariante: o pressuposto que a natureza humana é imutável.

E por paradoxal que pareça “este erro” è a pedra de toque que fornece a base lógica do seu método. Para compreender a ação política, Maquiavel pensa os homens como portadores de uma mesma essência, portadores de um denominador comum. Referindo-se a este suposto de Maquiavel, um estudioso escreveu: “Em todas as suas obras, não só nas políticas e nas históricas, mas até nas literárias, mil vezes afirma em prosa e verso que os homens são sempre os mesmos, que a natureza humana é imutável” (Villari 1929, v. 2: p. 331), ou seja, Maquiavel afirma que os homens são maus.

O jogo político dá-se entre o Príncipe (entidade abstrata no discurso) os Poderosos (que são maus) e os fracos (que também são maus). Como os poderosos e os fracos são maus querem derrubar o Príncipe (s puderem). Para chegar ou manter o poder o Príncipe deve procurar ser apoiado pelos fracos – que são a maioria, e individualmente incapazes de derrubá-lo, pois serem fracos e, como tal, mal armados e desorganizados. Entretanto sendo numerosos, e agrupados pelo Príncipe em torno de alguma bandeira de ordem substantivos para legitimar seu mando. Por outro lado o Príncipe deve conter os fortes: dividindo-os, massacrando-os, forjando alianças, etc..., sempre dependendo das circunstâncias (fortuna).

Em leituras superficiais vários autores têm afirmado que para Maquiavel a história sempre se repete. Diríamos que estas leituras param na letra d’*O Príncipe*, e deixam escapar o discurso. Para o secretário do Dieci, não é a história que se repete, é a natureza humana levando a que o resultado de acontecimentos políticos separados pelo espaço e tempo sejam similares. Isto por quê, conforme argumentamos, Maquiavel pensa a natureza Humana como imutável, sempre má. É esta generalização que logiciza o seu discurso. Numa carta a Piero Soderine deixa claro esta questão:

“Mas o tempo e as circunstâncias estão sempre mudando em geral e no particular, enquanto o temperamento dos homens e seus modos de agir permanecem os mesmos” (Sforza, 1951:p. 152).

Portanto, para Maquiavel, é a natureza humana (má) o fator invariante que lhe permite propor que em relações que envolvem mando e obediência, não importa se ocorridas em locais e épocas distintas, os homens agiram sempre de acordo com a sua natureza, o que torna o resultado da relação previsível. Julga Maquiavel que, por esta razão, é possível, elaborar leis inerente ao jogo do poder, elas se baseiam no primado de que em circunstâncias que primam pela similitude os homens se comportaram da mesma forma que anteriormente se comportaram, uma vez que a natureza humana não varia. Em suma: mudam as circunstâncias, não o proceder dos homens.

Valemo-nos de um único exemplo para ilustrar a questão nos moldes acima proposto. No capítulo XIII, Maquiavel, como base em diversos casos que cita, ocorridos em diferente épocas e lugares, observa que um Príncipe para se manter organizado não deve contratar soldados mercenários considerando que tropas assim constituídas são dispendiosas em tempo de paz e não confiáveis em tempo de guerra. Esta lei da política, como as outras que Maquiavel elabora fundamentam-se no mesmo princípio: a natureza má dos homens.

Importante ainda destacar que só no século XIX, com o aparecimento das ciências sociais, as discussões sobre a natureza humana foram abandonadas. De uma forma ou de outra, todo pensamento pré-industrial pensou o homem em termos de uma essência imutável. Neste sentido o pensamento político de Maquiavel sofre forte limitação que lhe é imposta pelo conhecimento de sua época. Formulando a questão com base no conhecimento contemporâneo, fazemos nossas as palavras de José Nilo Tavares ao considerar:

*“... ao mesmo tempo em que cria a cultura, em que faz a história, o homem transforma sua natureza social. E bondade e maldade, solidarismo e egoísmo, por exemplo, não são “dons”; nem no sentido transcendental (graça divina), nem no sentido organicista materialista (função e órgãos). Bondade e maldade, solidarismo e egoísmo, como qualidades psico-sociais da natureza humana, são*

*determinadas pela vida dos homens, pela sociedade criada pelos homens, dentro de certas condições". (Tavares, 1974: p. 26).*

Faltava ao contexto de Maquiavel a possibilidade de pensar a história como processo e que só seria viável séculos mais tarde em outro contexto. A concepção de história como processo surgiria com Vico e ganharia nova dimensão com Hegel e Marx. Maquiavel supõe que a forma do estado dependia da maneira que fortuna e Virtù se combinam num determinado momento. Na sua concepção, a história seria então feita pela vontade superior (virtù) que soubesse aproveitar o momento (fortuna).

Para Maquiavel pouco importa se Rômulo, Ciro e outros que em *O Príncipe* cita são personagens reais ou não passam de mitos. Coloca-os ao lado de César Bórgia, Alexandre VI, etc., ou seja, torna-os como exemplo formal para tentar elaborar as regras da dominação. Comparando procedimentos, destaca os seus acertos e erros, com a finalidade de elaborar um modelo. Sendo as circunstâncias variáveis, Maquiavel não dá uma receita do que fazer, não sendo portanto sua obra moral ou amoral, mas simplesmente técnica. É a relação dominante – dominado, que é construída. O Príncipe perfeito não existe na realidade histórica pois é uma construção ideal. O próprio Maquiavel, chama claramente a atenção para a questão. "Em carta dirigida a Francesco Vetori, conta como lhe veio a idéia de escrever *O Príncipe*, e descreve esta idéia como sendo um dos seus GHIRIBIZZI – palavra italiana que podemos traduzir por fantasia" (Sforza, 1951: p. 23).

Como qualquer pensador, Maquiavel sofreu limitações de seu contexto histórico. Entretanto, o que mais impressiona em sua obra é a contextura interna, o rigor da logicidade na elaboração da teoria, e o que ela consegue romper com o pensamento medieval permitindo-o lançar uma proposta, uma maneira radicalmente original de pensar o político. Neste sentido, *O Príncipe* inaugura uma nova época do conhecimento. Maquiavel abriu as portas...

Uma última observação, várias vezes Maquiavel queixou-se de sua má sorte.

Em 10 de dezembro de 1513, na mesma carta em que comunicava a seu amigo Francesco Vetori haver concluído *O Príncipe*, escrevia "chego a ficar contente de o destino me humilhar desta forma, e tenho esperança de que talvez um dia ele se envergonhe do que está fazendo" (idem: 1951: p. 182). Em 1782, lordes Cowper e Alberto Rimbotti erigiram um monumento na igreja de Santa Crosse onde jaziam os

restos mortais de um dos maiores filhos de Florença. "INNOZENZO SPINOZZI criou uma estátua feminina de linhas austeras, simbolizando, a um tempo, a história e a política. No pedestal, lê-se as palavras expressivas:

"TANTO NOMINI NULLUM POR ELOGIUM  
NICOLAUS MACHIAVELLI  
OBIT ANNO A PARTU VIRGINIS MDXXVII" (WERTHEIMER, 1942: p. 284)

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. Publicações Europa, América; Lisboa, 1961, pág. 151.
- CARISTIA, Carmelo. *II pensiero político di Niccolo Machiavelli*. 2ª. Ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1951.
- CHEVALLIER, Jean Jacques. *Grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966: pág. 25.
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Edição Simões, 1958.
- FERRARA, Orestes. *Maquiavello – la vida, las obras, la Fama*. Madrid: Coleccion La Nave, 1952.
- FREDERICO II. *O Anti- Maquiavel*. Lisboa: Guimarães Editores. 1967.
- HOLE, J. R. *Maquiavel e a Itália da renascença*. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1963.
- VILLARI, Pasquale . *Niccolo Machiavelli e suoi tempi*. Firense. Vol 1 e 2, 1920.
- MAQUIAVEL, Nicolau.
- SFORZA, Carlos. *O pensamento vivo de Maquiavel*. São Paulo: Livraria Martins Editora: 1951; pág. 182/183.
- STRAUSS, Claude Lévi. *Antropologia estrutural*. Tempo brasileiro: RJ 2º edição, 1970.
- TAVARES, José Nilo. *Autoritarismo e Dependência na obra de Oliveira Viana e Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Mimeografado, 1974.
- Wertheimer, Oskar Von. *Maquiavel*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1942.

RESUMO: O propósito é revisitar *O Príncipe* colocando em evidência a estereotipia que durante séculos cercou a obra, assim como aspectos da contribuição de seu autor para o estudo do fenômeno poder.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavelismo, Príncipe, virtù e fortuna.

\* Doutor em Sociologia pela UnB, Professor da PUC-RJ e editor de *www.achegas.com*.